



Comunicado de Imprensa n.º 11/256 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
27 de Junho de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração da Missão do FMI ao Concluir a Visita a Angola e as Discussões sobre a Quinta Avaliação do SBA

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada pelo Sr. Mauro Mecagni, visitou Luanda entre os dias 25 de Maio e 8 de Junho de 2011 para conduzir a quinta avaliação do Acordo Stand-By (SBA) do FMI com Angola. O SBA foi aprovado pelo FMI em Novembro de 2009, e prevê financiamentos no montante de DSE 859 milhões (cerca de USD 1,4 mil milhões), dos quais já foram desembolsados USD 1,25 mil milhões. Durante a sua estada em Luanda, a missão reuniu-se com a Ministra do Planeamento, Sra. Ana Dias Lourenço; com o Ministro das Finanças, Sr. Carlos Alberto Lopes; com o Ministro da Economia, Sr. Abrahão Pio dos Santos Gourgel; com o Governador do BNA, Sr. José Lima Massano; com outras altas autoridades, membros da Assembleia Nacional e representantes das comunidades bancária, empresarial, diplomática e académica. As discussões continuaram após do fim da missão.

Ao final das discussões, o Sr. Mecagni fez a seguinte declaração:

“A missão manteve discussões construtivas com as autoridades angolanas, que focalizaram o desempenho no âmbito do acordo SBA até o final de Março de 2011, as perspectivas económicas de curto prazo e os desafios de política económica. A missão e as autoridades angolanas chegaram a um acordo técnico sobre a conclusão da quinta avaliação do SBA. O acordo requer a aprovação da Direcção-Geral e do Conselho de Administração do FMI. A expectativa é que o Conselho examine o acordo em Setembro de 2011. Com a conclusão da quinta avaliação, Angola poderá sacar um montante de DSE 85,9 milhões (cerca de USD 136 milhões).

A economia angolana continua a se recuperar das crises fiscal e da balança de pagamentos ocorridas em 2009. O crescimento do PIB real foi afectado por constrangimentos na produção de petróleo, mas a subida dos preços do produto, aliada à redução das importações, resultou numa melhoria significativa da conta corrente externa, para um excedente de 9 por cento do PIB. Houve um pronunciado aumento das reservas externas, que no final de 2010 ascenderam ao equivalente a cerca de cinco meses de importações. A prudência na condução da política fiscal ajudou a transformar o saldo fiscal global num excedente de cerca de 8 por

cento do PIB, ao qual se associa uma substancial melhoria do défice primário não petrolífero. A inflação permaneceu estável, ao redor dos 15 por cento.

O desempenho no âmbito do SBA até ao final de Março de 2011 foi marcado por grandes progressos na implementação da agenda de reformas e estabilização do governo. De referir, em especial, os avanços significativos na regularização do stock de atrasados internos incorridos no período 2008-2009, embora o demorado processo de verificação dos respectivos direitos tenha provocado atrasos neste exercício, que a princípio deveria ter sido concluído no final de Março de 2011. Na sua grande maioria, os atrasados verificados foram regularizados, e está prevista para Junho a finalização dos acordos de regularização com os fornecedores restantes. O governo intensificou o controlo sobre a cabimentação de despesas para evitar o surgimento de novos atrasados, mas serão necessárias novas melhorias para dar uma solução cabal ao problema. As autoridades estão empenhadas em regularizar em breve as contas a pagar acumuladas no quarto trimestre de 2010 e, para o futuro, os pagamentos serão geridos de tal forma a manter as contas a pagar dentro do limite de Kz 100 mil milhões acordado no programa.

As perspectivas macroeconómicas para 2011 são positivas, como reflexo da subida dos preços do petróleo e das projecções de aumento da produção petrolífera, para cerca de 1,7 milhões de barris por dia. As receitas petrolíferas projectadas permitirão a acomodação de um orçamento suplementar no programa macroeconómico, conforme os planos governamentais. Este orçamento suplementar é coerente com a necessidade de aliviar os gargalos em termos de infra-estruturas e fazer face às prioridades de desenvolvimento social. Contudo, em vista das grandes incertezas que pairam sobre a conjuntura mundial, as autoridades também estão empenhadas em reforçar as reservas externas como protecção contra a volatilidade da receita petrolífera — uma medida que figura entre os principais objectivos do programa. Reduzir a inflação ainda é uma das prioridades da política económica.

A agenda de reformas do governo para 2010 e além acertadamente tem como foco as reformas administrativas para fortalecer a gestão financeira pública, profundas reformas tributárias, melhorias contínuas no ambiente de negócios para apoiar a diversificação da economia e o aumento da transparência e prestação de contas nas operações das empresas públicas.”